

Tribunal	Nome
Faro — Trabalho Murça Mondim de Basto	Rui José Fernandes Simão (c). Gilberto Ferreira da Costa (c). Vasco Fernando Pereira Martins Miranda (c).
Mirandela Mirandela — Administrativo Fiscal	Henrique Patrício Lopes (c). Jorge Manuel Gonçalves Nogueira (c).
Almodôvar	Inês Maria de Freitas Teixeira (c).

(a) Com efeitos a partir de 20/06/2007.

(b) Com efeitos a partir de 29/10/2007.

(c) Com efeitos a partir de 10/04/2008.

Direcção-Geral de Reinserção Social

Despacho (extracto) n.º 17836/2008

Por meu despacho de 2008.05.21:

Lic. Teresa Maria Soares de Albergaria Abrantes, técnica superior de 1.ª classe da carreira técnica superior de reinserção social, do quadro de pessoal do ex-Instituto de Reinserção Social — autorizado o regresso da situação de licença sem vencimento por um ano, com efeitos a 2008.06.02.

(Isento de fiscalização prévia do TC.)

25 de Junho de 2008. — A Directora-Geral, *Leonor Furtado*.

Despacho (extracto) n.º 17837/2008

Por meu despacho de 2008.04.22:

Licenciado João Alírio Barroso de Queirós, técnico superior principal da carreira técnica superior de reinserção social do quadro de pessoal do ex-Instituto de Reinserção Social — reconhecido o direito ao provimento na categoria de assessor da carreira técnica superior de reinserção social (escalão 1; índice 610), com efeitos a partir de 16.04.2006, precedendo confirmação da Secretária-Geral Adjunta, em substituição da Secretária-Geral do Ministério da Justiça, nos termos do disposto no n.º 1, do artigo. 30.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

(Isento de fiscalização prévia do TC.)

25 de Junho de 2008. — A Directora-Geral, *Leonor Furtado*.

Despacho (extracto) n.º 17838/2008

Por meu despacho de 2008.05.21:

Lic. Maria da Conceição Freire Condeço de Oliveira, técnica superior principal da carreira técnica superior de reinserção social do quadro de pessoal do ex-Instituto de Reinserção Social — nomeada, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável, por iguais períodos, Directora de Serviços, para exercer funções como Directora do Centro Educativo da Bela Vista desta Direcção-Geral, com efeitos a 22.05.2008.

(Isento de fiscalização prévia do TC.)

25 de Junho de 2008. — A Directora-Geral, *Leonor Furtado*.

ANEXO

Nota curricular académica e profissional

Dados pessoais:

Nome: Maria da Conceição Freire Condeço de Oliveira.

Data de Nascimento: 26 de Agosto de 1967.

Estado Civil: Casada.

Profissão: Funcionária Pública.

Habilitações Académicas e Formação Complementar:

Licenciatura em Direito pela Universidade Lusíada, 1986-1991;

Curso de Pós-Graduação em Direito de Menores, pela Universidade de Coimbra, 1998-1999;

Curso e Estágio de Advocacia, pela Ordem dos Advogados, 1992;

Curso de Gestão de Recursos Humanos, pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional no programa de Formação e Integração de Quadros -1992

Curso de Promotores de Formação, pela Fundação Oliveira Martins e de Concepção, Planeamento e Controlo de Formação, pela Informaio -1993;

Ações de formação na área jurídica ministradas pelo Centro de Estudos Judiciários, designadamente, sobre direito tutelar educativo, direito civil, direito processual civil, direito administrativo, direito do trabalho, direito penal e direito processual penal — Outubro a Dezembro de 2007.

Experiência Profissional na Administração Pública:

Técnica Superior de Reinserção Social do IRS, desde 02-11-1993, detendo actualmente e desde 20-02-2006, a categoria de técnica superior principal da carreira técnica superior.

Desde Setembro de 2006 até à presente data, na qualidade de Jurista, exerceu funções na Divisão Jurídica e de Auditoria da DGRS, com especial incidência na área da instrução de processos de averiguações e disciplinares, nomeadamente no âmbito dos centros educativos, na redacção de contratos e de protocolos de colaboração e ainda na prestação de assessoria técnico-jurídica à Direcção.

Entre 1996 e 2006, exerceu funções no Departamento de Coordenação da Actividade Técnico-Operativa do IRS, onde desenvolveu actividades diversas, das quais se destacam a análise de propostas legislativas, a participação em diversos grupos de trabalho, nomeadamente, no projecto relativo à dinamização da implementação da Prestação de Trabalho a Favor da Comunidade, incluindo a produção de brochuras, folhetos informativos e de um vídeo e a preparação de protocolos de cooperação, bem como a coordenação do grupo de trabalho que produziu o manual respeitante à medida tutelar educativa Tarefas a Favor da Comunidade.

Entre 1993 e 1996 desempenhou funções de assessoria técnica aos tribunais junto das Equipas de Lisboa Ocidental e de Lisboa Família, no âmbito de processos penais e tutelares cíveis.

Despacho (extracto) n.º 17839/2008

Por meu despacho de 2008.05.21:

Lic. Paulo Jorge Santos Rio, técnico superior de 2.ª classe da carreira técnica superior de reinserção social do quadro de pessoal do ex-Instituto de Reinserção Social — nomeado, em regime de substituição, como Director do Centro Educativo Navarro de Paiva desta Direcção-Geral, com efeitos a 2008.05.20.

(Isento de fiscalização prévia do TC.)

25 de Junho de 2008. — A Directora-Geral, *Leonor Furtado*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

Despacho n.º 17840/2008

1 — Em conformidade com as disposições conjugadas no n.º 1 do artigo 20.º e n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º, ambos, da Lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro, com a redacção dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, procedeu a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRA) através dos Avisos publicitados, respectivamente, no *Diário da República* n.º 227, 2.ª série, de 26 de Novembro; no Jornal “Correio da Manhã”, de 27 de Novembro e na Bolsa de Emprego Público (BEP), de 28 de Novembro, com o código de oferta n.º OE 200711/0473, todos do ano de 2007, à divulgação do procedimento concursal com vista ao provimento do cargo de Chefe de Divisão de Cooperação Inter-Regional da CCDRALentejo, previsto, nos termos conjugados da alínea d) do n.º 1 do artigo 1.º da Portaria n.º 590/2007, de 10 de Maio e do artigo 4.º do Despacho n.º 14 484/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 129, de 6 de Julho.

2 — Findo o referido procedimento concursal e após ter sido dado cumprimento ao disposto no n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, 15 de Janeiro, na redacção dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, a escolha recaiu na candidata, licenciada Lina Maria Branco de Freitas Jan, por ser esta que demonstrou possuir as melhores condições para prosseguir as atribuições da respectiva unidade orgânica para a qual foi aberto o presente procedimento concursal. Demonstrou ainda ser detentora duma vasta e comprovada experiência profissional no âmbito do planeamento e do desenvolvimento regional, da cooperação regional